A importância da enunciação do outro no discurso jornalístico: uma metodologia para análise[1]

Bruna Sanchez MORENO[2]
Rosemary BARS MENDEZ[3]
Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP

RESUMO

Dada a importância que cumpre, no texto jornalístico, a inserção das falas das fontes, o presente trabalho apresenta uma proposta de metodologia híbrida para a avaliação do papel que cumpre, no texto jornalístico, a enunciação do outro como estratégia discursiva de argumentação. Para isso, toma como ponto de partida a caracterização dos verbos introdutórios de relato (conforme Marcuschi, 2007) segundo suas funções ideológica e lógico-organizadora (portanto, discursivas e textuais), dentro do formato reportagem do gênero informativo (conforme Marques de Melo, 1980). Concomitantemente, vislumbra uma análise qualitativa apoiada nos pressupostos da Análise do Discurso (Bakhtin, 1952-53, Orlandi, 1988b, 2005), para avaliar os sentidos construídos por meio da composição textual e da escolha lexical dos verbos *dicendi*.

PALAVRAS-CHAVE: Verbos introdutórios de relato; reportagem; análise do discurso.

1 INTRODUÇÃO

Um recurso bastante presente no texto jornalístico é a inserção da enunciação, isto é, da fala da fonte consultada. Porém, diferentemente do que ocorre em textos científicos ou jurídicos, em que citações de outrem são tomadas como argumentos de autoridade (no sentido de referendar a ideia exposta), no jornalismo elas têm valores sócio-históricos: "é importante determinar (...) a posição que um discurso citado ocupa na hierarquia social de valores" (Bakhtin apud Lage, 2004, p.6). Isso porque, embora a citação tenha autonomia (porque tem origem e estrutura independentes e se situa fora da situação comunicativa do texto), ela, além de apresentar a informação, também explicita o ponto de vista do jornalista, a partir do momento em que é selecionada: "quem cita escolhe o que cita e, de muitas maneiras, assume posições em face da citação" (Lage, 2004, p.5).

---

[1] Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

[2] Licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Campinas, Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestranda em Linguística da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: bruna_moreno@terra.com.br.

[3] Doutora em Comunicação Social, professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e orientadora. E-mail: rosebars@uol.com.br.

Ao relatar o relato de alguém, o jornalista ultrapassa o caráter meramente estilístico desse recurso e atribui a sua matéria, por meio dele, uma interpretação ou avaliação a respeito da informação exposta. Marcuschi (2007) observa que a tal interpretação pode ser concebida sob três vieses: a) explicitamente, em que há comentário adjunto do redator; b) implicitamente, por meio da seleção dos verbos que introduzem a citação e c) implicitamente, por meio da seleção do fragmento da fala da fonte (o que somente pode ser avaliado mediante o acesso do original relatado). Nesse sentido, o autor afirma que toda informação é a "apresentação de um discurso interpretado", já que é "praticamente impossível informar neutramente" (Marcuschi, 2007, p.151).

Com a finalidade de avaliar o papel que cumpre a enunciação do outro como estratégia discursiva de argumento no texto jornalístico, o presente trabalho dá atenção especial ao aspecto "b" mencionado acima: a escolha dos verbos introdutórios do relato (verbos *dicendi*, ou de declaração). Nesse sentido, considera, também, a afirmação de Lage (2004) de que

> o narrador pode interferir pela escolha do verbo dicendi ou proposicional, pela definição de circunstâncias para o trecho citado, pela seleção de trechos entre aspas etc. Pode suprimir o contexto da enunciação (extrair o texto do contexto) ou, pelo contrário, explicitá-lo - isto conforme suas intenções, ou quantas inferências adicionais imagine possibilitar ao leitor (LAGE, 2004, p. 17).

Para isso, entende-se que é necessário avaliar as funções lógico-organizadora (para organização textual, portanto) e ideológica (geradora de sentido) que desempenha tal recurso conforme a proposição de Marcuschi (2007). Esse artigo do autor apresenta-se como ponto de partida ideal, na medida em que propõe uma classificação para verbos *dicendi* segundo a ação que exercem sobre a lógica coesiva da estrutura do texto.

Para dar conta da função ideológica que inevitavelmente assume esse tipo de verbo, a análise do discurso francesa, concomitantemente escolhida como ferramenta de análise e de discussão, também se mostra vantajosa, tendo em vista que trabalha com o mapeamento das vozes e a identificação dos sentidos gerados pelo discurso vinculado aos textos. Sob essa perspectiva, se assume que o discurso é produto do sujeito — no caso, o jornalista —, de modo que torna-se inevitável concebê-lo como fruto de seus enquadramentos sociais e culturais.

O presente artigo está dividido da seguinte maneira: no item 2, discute a relação entre o valor da objetividade no jornalismo e a estruturação do texto; no item 3, levanta

questões pertinentes à contextualização do processo de escrita; no item 4, especifica o problema dentro da flacidez da definição de reportagem; no item 5, explicita os tópicos relevantes acerca dos métodos de inserção de fala de fonte; no item 6, esmiúça os pressupostos teóricos da Análise do Discurso; e, finalmente, no item 7, são tecidas as considerações finais.

2 OBJETIVIDADE NO JORNALISMO

A credibilidade, um dos valores-guia da prática jornalística, é fruto da apuração, do trabalho de verificação (entrevistas e avaliação de fontes, por exemplo) e também da busca inesgotável pela exatidão, tanto de procedimentos quanto textual. Sobre ela, Erbolato (2006) afirma: "quem colhe dados, observando o local ou entrevistando pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria, deve agir com isenção de ânimo" (p. 56). Em outras palavras, para o autor, o jornalista precisa operar com objetividade, no sentido da palavra que a opõe a subjetividade.

Tuchman (apud Traquina, 2004) identifica quatro procedimentos dos quais os jornalistas lançam mão na defesa de um trabalho objetivo: além da apresentação dos "dois lados" e de provas auxiliares, cabe aqui destacar:

- uso judioso de aspas: as falas das fontes são tidas como formas de provas suplementares e, portanto, são concebidas como fatos. É pertinente observar que esse recurso gera a impressão de ausência da voz do repórter: "as citações podem ser usadas para informar: 'esta afirmação pertence a qualquer pessoa, menor ao jornalista'" (Traquina, 2004, p.140);
- estruturação da informação: este é um aspecto formal que diz respeito à composição da notícia por meio de métodos como a pirâmide invertida. Segundo Tuchman, imaginar que o uso de um recurso como o lide traz objetividade é errôneo, já que a seleção e a organização da informação são da responsabilidade do próprio jornalista e de ninguém mais.

Como se vê, ainda que a objetividade seja vista como um mecanismo de organização da notícia, que ajudaria os jornalistas a cumprirem prazos e a se esquivarem de possíveis processos judiciais, ela não deixa de ser unicamente uma meta. Ao transformar a afirmação de uma fonte em fato ou ao destacar certo acontecimento em detrimento de outro no lide, o jornalista deixa transparecer a sua visão de mundo (que é, pois, subjetiva). O

texto jornalístico é, portanto, uma construção social e a objetividade é apenas o guia da ética profissional.

Pereira Júnior (2006) destaca que a diferença inevitável entre o que se diz apresentar (enunciado) e o que é apresentado (enunciação) é denominado "paradoxo da representação" (p.19). Segundo ele, a notícia não pode ser retrato da realidade justamente porque "expor o acontecimento significa, antes de mais nada, escolher os episódios, aproximar eventos dispersos, privilegiar um incidente em lugar do outro" (2006, p.19). A seleção é reflexo da percepção do jornalista e, nesse sentido, não existe verdade única, pois apurações igualmente objetivas e registros igualmente sinceros podem contar histórias diferentes, de acordo com as fontes escolhidas e com o contexto sócio-histórico.

3 PROCESSOS DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

A partir das questões levantadas, torna-se evidente que o texto jornalístico não é mero resultado de uma relação entre sujeito e objeto, mas sim de uma lógica social articulada com diversos outros fatores. "O trabalho jornalístico seria, assim, o de [...] dar legitimidade a suas escolhas ao encadear o evento a outros, também legitimados" (Pereira Júnior, 2006, p. 29). Tal legitimação pode estar ancorada em diversas justificativas, que tornam as notícias o que são.

Constam, a seguir, duas teorias que procuram explicar o fenômeno jornalístico, e que mais entram em conformidade com a perspectiva adotada neste trabalho a partir da premissa de Traquina (2004) de que "não podemos compreender porque as notícias são como são sem compreender a cultura profissional da comunidade jornalística" (p. 26).

3.1 NEWSMAKING

Sob a perspectiva do *newsmaking*, "o jornalismo está longe de ser o espelho do real. É antes, a construção social de uma suposta realidade" (Pena, 2006, p. 128). Segundo ela, o discurso dos jornalistas se materializa nas notícias, de modo não a refletir a realidade, mas a construi-la; é, portanto, a lógica interna da organização do ofício jornalístico que influencia no processo de produção da notícia.

De acordo com Tuchman (1978 apud Pena, 2006), as empresas de comunicação seguem uma rotina de produção industrial, com práticas predeterminadas e unificadas visando sobretudo a organização em uma situação imprevisível, tendo em vista que o jornalismo lida exatamente com esse tipo de acontecimento. É somente esse planejamento

que as permite cumprir suas obrigações de a) tornar conhecido um acontecimento antes ignorado, b) relatar eventos de maneira não subjetiva e c) organizar os eventos de forma planificada. O jornalista, ainda que autor e único responsável pela matéria, não tem outra escolha a não ser submeter-se à rigidez do planejamento produtivo, de maneira que as normas da empresa — tais como prazo para fechamento ou espaço para publicação — superam quaisquer preferências ou intenções estritamente pessoais. Tuchman argumenta que é possível também elaborar a notícia seguindo a lógica de seu formato, embora admita que esta seja uma tentativa frágil na medida em que nem sempre as diferenças entre os formatos são claras e bem definidas[4].

Cabe destacar que, ao se preocupar com os elementos de sistematização da prática jornalística, a teoria do *newsmaking* se ocupa sobretudo dos critérios de noticiabilidade, definidos como "o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia'" (Traquina, 2005, p. 63). De acordo com Tuchman (apud Traquina 2005), muitas vezes tal capacidade seletiva do jornalista é instintiva, e não reflexiva, porque é fruto da cultura de sua profissão.

Traquina (2005) observa que a política editorial da empresa de comunicação pode ser um fator de influência ainda maior na seleção. Considerando este cenário e todos os elementos envolvidos, é pertinente o alerta de Pena (2006) de que, ao invés de se preocupar com manipulação intencional, a teoria do *newsmaking* contempla "a possibilidade de uma 'distorção inconsciente', vinculada à rotina de produção e aos valores compartilhados com os colegas e interiorizados pela cultura profissional" (p. 130).

3.2 TEORIA ORGANIZACIONAL

Em conformidade com a linha de pensamento anterior, a teoria organizacional também vislumbra a influência do ambiente de trabalho na prática jornalística. Sob esta perspectiva, o fato de maior interferência é o econômico, na medida em que a empresa de comunicação é concebida como um negócio e, portanto, visa lucro. As notícias impressas são concebidas aqui como elementos de preenchimento do vazio não ocupado pela publicidade e, ao concorrer com ela, sempre perdem. O jornalista submete-se a essa lógica editorial de maneira inevitavelmente conformada: é o que Traquina (2005) chama de "constrangimento organizacional". "O jornalista se conforma mais com as normas editoriais

[4] Isto será retomado no item 4.

da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo [...] através de uma sucessão sutil de recompensa e punição" (p.152).

Ainda que existam meios de transgressão às normas ancoradas pela própria articulação do cotidiano da redação, a qual muitas vezes foge do controle dos editores justamente devido a seu caráter imprevisível, os jornalistas geralmente se submetem a esses constrangimentos. Segundo James Curran (apud Pena, 2006), a autonomia dos profissionais só é posta em ação quando entra em acordo com o contexto profissional-organizativo-burocrático.

Cabe aqui destacar um elemento que mais atua como amarra do que como guia (como se propõe) nas organizações: o manual de redação. De acordo com Galvão (apud Erbolato, 2006), "o objetivo dos manuais ou livros de estilo dos jornais é a fixação de um padrão mínimo e uniforme de qualidade do texto. Pela observância geral das regras [...] sistematiza-se e padroniza-se a preparação do noticiário geral e diário, imprimindo-se 'estilo' próprio e unificado" (p. 124). Ainda que contenha, então, instruções de ordem técnica, como regras gramaticais ou apêndices de informações complementares (a respeito de Geografia Política ou termos médicos, por exemplo), o manual de redação e estilo existe com a intenção fundamental de manter a unidade e a identidade do veículo a que se refere. Para Nilson Lage (2004, p.12), "os manuais de redação atuais costumam ser detalhistas, abrangentes e presunçosos. Misturam discursos sobre o que o dono do jornal pensa do mundo (...) com critérios editoriais genéricos, manifestações de princípios e argumentos de marketing institucional". São, pois, um instrumento burocrático-organizacional, que, embora justificadamente, limita a atuação do jornalista.

4 GÊNEROS JORNALÍSTICOS: A REPORTAGEM

Na descrição da teoria do *newsmaking*, levantou-se a questão do enquadramento do texto em formatos rígidos como um recurso de organização do processo produtivo das notícias. A problemática em torno dessa proposta é exatamente a flacidez das classificações, que variam conforme a natureza da questão de estudo dos gêneros textuais e dos critérios adotados por cada teórico.

Bakhtin (1952-53) torna esse problema claro a partir do momento em que define gêneros como "tipos relativamente estáveis de enunciados". Grosso modo, sob a perspectiva de Bakhtin, a linguagem é um fenômeno social, histórico e ideológico, na

medida em que é perpassada pela palavra do outro e funciona sempre articulada a um contexto de enunciação. Nesse sentido, a noção de gênero ultrapassa a noção de tipologia textual: mais do que um modelo, um produto acabado ou um molde preestabelecido, um gênero discursivo é uma ferramenta de adequação do discurso, que atende aos propósitos comunicativos justamente por ter relativa estabilidade e autonomia.

Fica, então, claro o motivo pelo qual existe uma quantidade variada de definições para "reportagem", um formato[5] clássico do jornalismo.

4.1 REPORTAGEM

Marques de Melo (2003) define reportagem como relato ampliado de um fato que já eclodiu e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística. Nesse sentido, também cabe a concepção de Nilson Lage (2001, apud Pena, 2006): "é a exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e abrangente" (p. 77).

Diversos autores constroem a definição de reportagem em oposição à de notícia. Para Noblat (2008), por exemplo, "notícia é o relato mais curto de um fato. Reportagem é o relato mais circunstanciado". Segundo Lage (2001), "a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido" (p. 46). Esse autor também estabelece diferenças a partir do modo de produção (enquanto a pauta da notícia depende do evento que ocorre, a da reportagem já é preexistente e pode ser atualizada conforme o desenrolar dos acontecimentos) e da estrutura de cada formato (a da reportagem é menos rígida que a de uma notícia, já que pode ser mais narrativa que descritiva, além de permitir a marca da autoria).

5 ASPECTOS FORMAIS: A INSERÇÃO DO DISCURSO

O texto jornalístico, a fim de manter sua "relativa estabilidade" (nos termos bakhtinianos), mantém alguns aspectos distintivos em relação a outros textos. Nilson Lage (1997) destaca, entre vários deles, a importância do cumprimento da função textual — a qual seria, no caso do gênero informativo e, consequentemente, do formato reportagem, informar.

[5] O presente trabalho adota a concepção de Marques de Melo (1980), que marca a diferença entre os gêneros, definidos conforme a função (informativo e opinativo), e os formatos de texto, os quais se distinguem entre si por aspectos tais como a progressão dos acontecimentos, a captação pelo jornalista e o acesso do público.

Para isso, faz uso do recurso de inserção da fala da fonte consultada[6]. Existem diferentes formas de fazê-lo, que variam de acordo com o elemento a ser posto em destaque. Isto será mais bem delineado a seguir.

5.1 FORMAS DE INSERÇÃO DO DISCURSO

Marcuschi (2007) apresenta quatro formas de inserir citações, as quais, segundo ele, seriam as mais frequentes:

- mediante um verbo, "que antecipa o caráter geral da opinião relatada" (p. 147), como "declarar";
- mediante uma nomalização deverbal, como "declaração";
- mediante uma construção adverbial, que introduz a fala de forma parafraseada, por meio de conjunções como "segundo";
- mediante dois pontos ou inserção aspeada do texto, em que o fragamento de fala é mantido exatamente como no original, devolvendo a responsabilidade da opinião relatada a seu próprio autor.

Cabe observar aqui que tais formas de introdução de relato estão diretamente vinculadas ao que estudos em Gramática Tradicional e Descritiva denominam moldes linguísticos (Cunha e Cintra, 2007) ou normas textuais (Bechara, 2009) para referência de palavras que não são do emissor. Segundo tais autores, a inserção se dá por meio de duas formas, basicamente:

- discurso direto, por meio do qual "reproduzimos ou supomos reproduzir fiel e textualmente as nossas palavras e as do nosso interlocutor, em diálogo" (Bechara, 2009, p. 481). Em concordância, os autores afirmam que um enunciado em discurso direto é caracterizado pela presença de verbos ou *dicendi* ou *sentiendi*[7], e também de recursos gráficos tais como aspas e travessão;

[6] De maneira geral, cabe destacar a observação de Guimarães (1999) de que todo e qualquer texto estabelece uma relação de dependência com sua situação comunicativa, "condição para que o texto preencha em plenitude suas funções" (p. 7). Segundo a autora, o texto precisa estar sintonizado com o referente, ou contexto, a que se remete. Existiriam duas formas para se cumprir esta exigência: por meio a) dos referentes textuais, que remetem ao contexto verbal, ou seja, ao próprio texto (por intermédio de dêiticos , por exemplo), e b) dos referentes situacionais, relativos ao contexto real, isto é, ao universo extralinguístico a que o texto se dirige. Os dois tipos de referentes se articulam entre si de modo a formar a unidade textual.

[7]"Esses verbos são vicários ou variações dos verbos de elocução, pois fazem as vezes destes. Ou seja: do ponto de vista lógico-sintático presumem a existência de um legítimo *dicendi* oculto. Mas, como variação dos *dicendi*, expressam a carga de afetividade presente na língua falada." (Ataide, sem ano).

- discurso indireto[8], em que a fala aparece numa oração encaixada, subordinada à oração principal que contém o verbo *dicendi* ou *sentiendi*, de modo a incorporar a declaração da fonte às palavras do redator. Segundo Cunha e Cintra (2007, p.638), "o emprego do discurso indireto pressupõe um tipo de relato de caráter predominantemente informativo e intelectivo".

Verifica-se que por vezes são necessárias algumas alterações, no que tange a tempo e modo verbais, pessoa e escolha de pronomes, ao se realizar a transposição de um discurso a outro. Para fins ilustrativos, comparam-se os dois períodos a seguir:

(1) Marta Suplicy disse: "votarei em Mário Covas em caráter pessoal".

(2) Marta Suplicy disse que, em caráter pessoal, votará em Mário Covas (retirado de Lage, 2004).

Outros tipos de mudanças, tais como nominalização do verbo, ordenação dos termos adjuntos e escolha lexical do verbo introdutório, mais do que afetam a estrutura sintática do período, implicam também novos sentidos e valores. Sugere-se a comparação dos períodos anteriores com os seguintes:

(3) Marta Suplicy assegura seu voto em Mário Covas em caráter pessoal.

(4) Marta Suplicy admitiu que, em caráter pessoal, irá votar em Mário Covas.

É possível perceber que, enquanto em (3) a posição de Marta Suplicy é forte, autônoma e decididamente favorável a Mário Covas, ela se enfraquece em (4), de modo que os sentidos dos dois exemplos tornam-se quase opostos. Ao "admitir", tem-se a impressão de que Marta se rebaixa ao expor sua opinião e, mais ainda, é possível atribuir ao discurso um caráter sensacionalista, na medida em que traz a revelação como fato noticiado.

Tais sentidos são construídos por meio da transposição do discurso direto para o indireto e pelas diferentes ordenações entre os termos; porém, o fator primordial e mais significativo é, sem dúvida, a escolha do verbo introdutório de relato — assunto do tópico seguinte.

5.2 VERBOS INTRODUTÓRIOS

Após analisar a atuação de alguns verbos sobre a enunciação de fontes inserida em alguns textos jornalísticos, Marcuschi (2007, p. 166) conclui que "os verbos introdutores de opiniões exercem uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado e cumprem uma

[8] Os autores também vislumbram a existência do discurso indireto livre, o qual, no entanto, faz parte da prática estritamente narrativo-ficcional, e que por isso não será explanado aqui.

função reorganizadora do texto dentro da economia jornalística e preservando o modo de sua ação". Sua proposta de classificação, no entanto, não vislumbra a função ideológica que tal classe de palavras cumpre no texto[9]; limita-se somente à função lógico-organizadora, isto é, à "função costuradora dos argumentos do autor" (2007, p.163), que ajuda a construir a lógica do texto e a organizá-lo. A partir desse critério, cria, assim, sete categorias[10]:

1 verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas ("declarar", "afirmar");
2 verbos indicadores de força de argumento ("ressaltar", "garantir");
3 verbos indicadores de emocionalidade circunstancial ("gritar", "ironizar");
4 verbos indicadores da provisoriedade dos argumentos ("pensar", "julgar");
5 verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso ("acrescentar", "concluir");
6 verbos indicadores de retomadas expositivas ("responder", "admitir");
7 verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido ("criticar", "sugerir").

6 ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Benetti (2006, p. 3), "vemos o jornalismo como um discurso: dialógico; polifônico; opaco; ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares; com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes". A partir dessa concepção, é inevitável pensar que o discurso (ou, aqui, o Jornalismo[11]) está atrelado tanto ao seu contexto sócio-histórico de produção quanto a sua situação de enunciação. Como foi possível constatar anteriormente, por meio das teorias do *newsmaking* e organizacional, o ambiente da redação e os critérios jornalísticos (definidos essencialmente por fatores externos) cumprem papel fundamental no processo de produção de notícias. O texto, ao estabelecer um diálogo, produz sentidos que repercutem e comunicam de diferentes formas.

[9] O autor aponta para a necessidade de se avaliar tal proposta com mais sistematicidade em trabalhos futuros, como este, haja vista a importância de se "aprofundar muito mais um tema que é de grande relevância ao oferecer ao leitor de jornais um instrumento crítico para uma leitura menos ingênua" (Marcuschi, 2007, p. 167).

[10] A nenhuma delas pertence o verbo "dizer", considerado pelo autor um "coringa" na medida em que parece flutuar entre os sete grupos, sem identificar-se especificamente com algum.

[11] Esta relação de igualdade é válida a partir da consideração de Pêcheux (1969, apud Orlandi, 1999) de que o discurso é efeito de sentidos entre os locutores e que este efeito é produzido por meio das relações mútuas entre sentidos e sujeitos.

> O estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz. Os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais. A análise [do discurso] tem uma proposta adequada em relação a estas colocações, já que no discurso constatamos o modo social de produção da linguagem. Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é a linguística (ORLANDI, 1988, p. 17).

Há, portanto, uma relação constitutiva entre a linguagem e a exterioridade, e é este o fato com qual a Análise do Discurso se preocupa. Tomando Pêcheux (1969) como referência desta linha de pensamento, entende-se o "discurso como lugar de contato entre língua e ideologia" (Orlandi, 1992, 17). Então, aqui optou-se por se fazer uso da vertente inglesa, em oposição à anglo-saxã, na medida em que a primeira corresponde melhor às expectativas do presente trabalho. Em suma,

> o que diferencia a Análise do Discurso de Origem francesa da Análise do Discurso anglo-saxã, ou comumente chamada de americana, é que esta última considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto a Análise do Discurso francesa não considera como determinante essa intenção do sujeito; considera que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais (MUSSALIM, 2003, p.113).

É evidente que tomar como ponto de partida a intenção do autor é demasiado comprometimento, já que nem sempre é possível reproduzir as condições subjetivas do momento de escrita, ou mesmo entrar em contato com o jornalista para um resgate perfeito de suas motivações. O pressuposto do qual parte este trabalho é o de que o texto funciona e enuncia por si só, ao mesmo tempo independente do objetivo planejado pelo autor ou do papel atribuído pelo leitor e dependente da situação em que é enunciado[12]. Mais ainda: não é possível conceber os sentidos suscitados pelo texto como fruto de uma motivação consciente, pois o jornalista age mediante as "forças coercitivas" da instituição (cuja política editorial submete o profissional a vender, e não a escrever, matérias) e das fontes de discurso autorizado (que, ao serem constantemente entrevistadas, reproduzem os mesmos discursos e alimentam um ciclo sem fim, contra a renovação de ideias). Segundo Tranquina (2002), a notícia é uma construção social que depende das seguintes condições:

[12] De acordo com Umberto Eco (2006), muitas vezes as intenções do autor (o que denomina *intentio auctoris*) e a da obra (*intentio operis*, isto é, o funcionamento da obra na situação de enunciação) conseguem fundir-se de uma tal maneira que é praticamente impossível definir qual é a certa: o texto fora escrito deste modo pois assim transmite a imagem (intenção do autor), ou será que a imagem foi transmitida somente pelo modo com que foi escrito (intenção da obra)? Reforça-se, assim, o perigo de se considerar uma metodologia anglo-saxã.

> a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimentos; os constrangimentos organizacionais, que podem incluir a intervenção dos proprietários dos meios e questões econômicas; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes de informação utilizadas (apud Benetti, 2006, p. 5).

Então, de acordo com a perspectiva aqui adotada (a Análise do Discurso francesa), o sujeito que produz o discurso é condicionado por uma ideologia (novamente, motivada sócio-historicamente), a qual se reflete no próprio discurso. É preciso observar que não se trata de qualquer ideologia, mas sim da dominante, a qual, segundo Marx, é a da elite burguesa capitalista. A mídia, nesse ponto de vista, é encarada como ferramenta de reprodução e manutenção da "palavra" da classe dominante, na medida em que se articula e se integra aos preceitos capitalistas (empresa de comunicação como negócio e embate entre notícia e publicidade, entre tantos outros).

Althusser (1985) é o autor que faz uma releitura de Marx e, assim, baliza a perspectiva teórica desta Análise do Discurso por meio da abordagem do Materialismo Histórico, a qual considera que o sujeito é subordinado e subjugado por uma ideologia, já que, se não se submeter à língua e à História, não consegue falar (produzir sentidos). Ainda segundo Orlandi (1988, p.23), "o sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpelação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela".

É importante considerar que, ao se partir da ideia de texto como unidade[13], a partir da concepção bakhtiniana, verifica-se que a ideologia está presente no texto como um todo — desde as palavras enunciadas até seus silenciamentos. Conforme a metodologia da Análise do Discurso, mais do que ler o que o texto diz, é preciso levar em consideração o que ele também não diz, a fim de encontrar a totalidade do discurso. Isso não quer dizer, todavia, que a Análise do Discurso relativiza o discurso de maneira ilimitada. Ao tomar o "não-dito" como importante para o processo discursivo, não se abre espaço para uma listagem infinita de significações; ao contrário, delineiam-se as margens dos "não-ditos" relevantes conforme as condições sócio-históricas em que se insere o discurso.

[13] Orlandi (1992) observa que a unidade é construída imaginariamente, na medida em que "há necessidade desse 'um' na construção da relação com o múltiplo" (p. 18), isto é, a multiplicidade de sentidos torna imaginária a concepção de uma unidade no discurso.

Nesse sentido, Orlandi (1992) aponta que existe uma grande distinção entre o "implícito" e o "silêncio", já que, enquanto a significação do primeiro normalmente se dá sobreposta a uma outra, o segundo possui um sentido por si só, pois indica aquilo que não foi dito por algum motivo. Palavras podem silenciar ou serem atravessadas pelo silêncio, afinal "uma palavra apaga necessariamente as 'outras' palavras" (Orlandi, 1992, p. 24). É por meio da oposição entre o dito e o não-dito - isto é, por meio da relação fundamenta estabelecida entre os dois, já que para dizer é preciso não-dizer - que se é possível mapear as vozes presentes no texto.

Em tempo: ainda que, para textos jornalísticos, seja feita um paralelismo automático entre vozes e falas de fontes, é preciso evidenciar que esse tipo de associação é equivocada. Muitos entrevistados não significam, necessariamente, muitos enunciadores ou pluralidade de discursos, já que todos podem estar enunciando num mesmo sentido e reproduzindo a mesma ideia. É extremamente salutar, para uma pesquisa comprometida em captar as vozes discursivas, diferenciar locutores de enunciadores. Nesse sentido, Benetti (2005) destaca que

> por trás de aparentes polifonias, muitas vezes escondem-se textos essencialmente monofônicos. Revelar este funcionamento discursivo é uma das contribuições que a Análise do Discurso pode oferecer aos estudos de jornalismo, desmitificando a ideia de que um texto com muitas fontes é, naturalmente, plural (p. 9).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da síntese de várias questões pertinentes à prática jornalística, foi possível construir o entendimento de que a objetividade, valor intrínseco ao Jornalismo refletido primordialmente na estruturação do texto, não passa de uma meta a ser atingida, tendo em vista a existência de influências externas no processo de escrita da notícia ou da reportagem.

O jornalista, ao selecionar o fragmento da fala da fonte ou escolher o verbo que o introduzirá inevitavelmente suscita sentidos, e isso se dá de forma inconsciente, na medida em que a rotina de produção ou instrumentos burocrático-organizacionais (tais como os manuais de redação) determinam a atuação do profissional.

A partir da consideração de que o texto é a materialização do discurso, fica evidente a importância de um estudo aprofundado dos aspectos formais e dos recursos utilizados em sua construção concomitantemente a uma análise que leve em consideração sua função

ideológica dentro do contexto sócio-histórico em que se insere. Mais do que organizarem o texto, os verbos *dicendi* escolhidos pelo jornalista determinam os diversos sentidos possíveis.

Depois de apurar, escrever é um dos momentos mais vitais do Jornalismo. Entender o funcionamento do texto enquanto suporte material de ideias e de sentidos sem dúvidas pode auxiliar os profissionais da área a refletirem com mais cuidado a respeito de suas técnicas de redação.

REFERÊNCIAS

ATAIDE, J. **Emprego dos discursos direto e indireto no texto da entrevista**. Sem ano. Disponível em: <http://lucajor.vilabol.uol.com.br/entrejor.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1952-53. p. 277-326.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BENETTI, M. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero**, ano X, n. 20, dez. 2007.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.

ECO, U. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

ERBOLATO, M. **Técnicas de codificação em Jornalismo**. São Paulo: Ática, 2006.

GUIMARÃES, C. Algumas notas sobre a interlocução entre a análise do discurso e a teoria da comunicação. In: MARI, Hugo et. al. **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 107-121.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record, 2001.

_____. Gramática do texto jornalístico. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Banco de dados de aula. Florianópolis, 2004. Disponível em:<http://www.crisluc.arq.br/Gram%E1tica%20do%20texto%20jornal%EDstico.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

MARCUSCHI, L. Os gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al (orgs). **Gêneros textuais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo Opinativo**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 1980.

_____. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988b.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2005.

PENA, F. **Teorias do Jornalismo**. Contexto: 2006.

PEREIRA JUNIOR, L. **Apuração da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004/05, v. 1-2.

TUCHMAN, G. **Making news: a study in the construction of reality**. Free Press, 1978.